

Curriculum Vitae

Informação Pessoal

Nome **Helena Fazenda**

Telephone(s)

E-mail(s)

Nacionalidade Portuguesa

Data de nascimento

Experiência Profissional

Cargo

Directora Adjunta do Centro de Estudos Judiciários (CEJ)

Datas

Desde 15 de Novembro de 2011

Principais competências e responsabilidades

- Coadjuvação do Director, com intervenção directa na formação do 1º ciclo, especialmente dos auditores do MP, e na formação contínua
- Coordenação do 2.º ciclo de formação teórico-prática e da fase de estágio de ingresso na magistratura do MP
- Representação institucional do CEJ, interna e internacionalmente

Cargo

Procuradora Geral Adjunta – Procuradoria Geral Distrital de Lisboa (PGDL), Tribunal da Relação

Data

De 6 de Maio de 2011 a 14 de Novembro de 2011

Principais competências e responsabilidades

- Coadjuvação e substituição da Procuradora Geral Distrital
- Intervenção processual em fase de recurso (área penal)
- Intervenção processual na área da cooperação judiciária em matéria penal
- Direcção de investigação criminal, de especial complexidade, visando magistrados

Cargo

Procuradora da República no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), da Procuradoria-Geral da República

Data

De 11 de Maio de 2005 a 26 de Abril de 2011

Principais competências e responsabilidades

- Coordenação e direcção de investigações de criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial

complexidade, a nível interno e internacional, em articulação com os demais serviços do MP, com regulares contactos, de coordenação e de intervenção processual, com a Eurojust, com a Europol, com o OLAF

- Direcção da investigação da criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade, com elaboração de peças processuais, de recurso, acusação, intervenção na fase de instrução, com posterior articulação, directa e permanente, com o magistrado do MP na fase de julgamento
- Definição e execução de estratégia para aplicação de mecanismo de suspensão provisória de processo em elevado número de inquéritos
- Constituição, implementação e coordenação de equipa especial de investigação, especialmente constituída por magistrados, elementos de OPC e oficiais de justiça, para a direcção e coordenação de investigação de criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade, com intervenção em todas as fases do processo até à remessa para julgamento, incluindo recursos
- Coadjuvação de autoridade judiciária requerida, no cumprimento de carta rogatória emitida no âmbito de inquérito a cargo da equipa
- Articulação directa e permanente com magistrado do MP interveniente nos julgamentos
- Intervenção processual, em sede de cooperação judiciária internacional, com coordenação da Eurojust, designadamente na preparação e discussão da constituição de equipas de investigação conjuntas (EIC's/JIT'S), com autoridades judiciárias e policiais de vários Estados Membros da União Europeia
- Cumprimento de cartas rogatórias, com coadjuvação das autoridades judiciárias dos Estados requerentes
- Regulares contactos com o Gabinete Nacional Sirene, também no acompanhamento de MDE's no espaço Shengen
- Regulares contactos com o Gabinete Nacional Interpol, no acompanhamento de MDE's, fora do espaço Shengen.
- Regulares contactos, para troca de informação, com o Gabinete Nacional Europol
- Representação interna e internacional do DCIAP

Cargo

Directora Geral Adjunta do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Data

De Novembro de 2004 a Maio de 2005

Principais competências e responsabilidades

- Direcção e coordenação das competências de fiscalização e de investigação criminal, da criminalidade grave e organizada, em particular da criminalidade de imigração ilegal; tráfico de pessoas; lenocínio e crimes conexos
- Actividade de investigação de criminalidade transnacional, com coordenação e articulação com entidades congéneres, da UE e da CPLP, entre outros, Estados Membros da União Europeia; do leste da Europa; Brasil; Cabo Verde; Senegal; Guiné
- Direcção e coordenação do sistema de registo, tratamento e difusão da informação criminal do SEF

Cargo

Membro da Unidade de Magistrados do Organismo de Luta Anti-fraude da comissão Europeia (OLAF), Bruxelas

Data

De 1 de Novembro de 2001 a 31 de Outubro de 2004

Principais competências e responsabilidades

- Direcção e execução de investigações relacionadas com fraude e corrupção, lesivas dos interesses financeiros da União Europeia e outras irregularidades, também cometidas por funcionários e agentes das instituições europeias
- Elemento de equipa especialmente constituída por três magistrados (*task force*), encarregada de dirigir e executar a investigação a funcionários de instituição europeia
- Acompanhamento jurídico e judiciário dos inspectores do OLAF, na área do direito penal
- Garantir a qualidade jurídica do trabalho do OLAF, especialmente no respeito dos direitos fundamentais e das liberdades individuais
- Garantir acompanhamento disciplinar e judicial das investigações comunicadas às competentes autoridades administrativas e judiciárias nacionais
- Acompanhamento jurídico dos responsáveis pela condução de investigações em missões operacionais, dentro e fora da União Europeia
- Realização de audições e respectiva transcrição no decurso de investigações internas a funcionários e agentes das instituições europeias

- Elaboração de relatórios finais do OLAF para remessa às competentes autoridades judiciais nacionais
- Assistência jurídica regular ao Serviço Jurídico e a diferentes Direcções-Gerais da Comissão Europeia, em relação a processos investigados pelo OLAF
- Ponto de contacto da Unidade de Magistrados do OLAF sobre casos de corrupção, fraude (*desvios de fundos comunitários*), para as autoridades judiciárias nacionais de Portugal e da Roménia
- Cooperação externa: formação de magistrados e oficiais de polícia da Roménia, na área de fraude e corrupção que afectam os interesses financeiros da UE e de adequação da legislação nacional penal para os padrões da União Europeia
- Regulares reuniões de cooperação e de coordenação estratégica e operacional, esta no âmbito de inquéritos de natureza penal em curso em Portugal e noutros Estados Membros da UE, com a Eurojust e Europol

Cargo

Procuradora da República no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), da Procuradoria-Geral da República

Data

De Julho de 1999 a 31 de Outubro de 2001

Principais competências e responsabilidades

- Participação directa na implementação de serviços
- Direcção efectiva de investigações relativas a criminalidade violenta, altamente organizada ou de especial complexidade, em articulação com os OPC implicados, com elaboração de todas as peças processuais, designadamente acusação, intervenção na instrução
- Posterior articulação com magistrado do MP na fase de julgamento
- Interposição de recursos e elaboração de motivação de resposta
- Coordenação e intervenção em procedimentos para fins de ~~prevenção e investigação criminal, nos termos da Lei 101/2001, de 25 de Agosto e entrega controlada, envolvendo vários Estados Membros da UE~~
- Representação do DCIAP, interna e internacionalmente

Cargo

Procuradora da República junto das Varas Criminais de Lisboa

Data

De Abril de 1999 a Julho de 1999

Principais competências e responsabilidades

- Intervenção em processo comum colectivo, designadamente nas fases de julgamento e recurso

Cargo

Directora Nacional Adjunta da Polícia Judiciária (Directoria Geral)

Data

De 7 de Março de 1997 a Abril de 1999

(Em Fevereiro de 1998 - Promoção a Procuradora da República, continuando nas mesmas funções).

Principais competências e responsabilidades

Direcção e gestão dos Departamentos Centrais de apoio directo à Investigação Criminal:

- Registo de Informação e Prevenção Criminal
- Organização e Informática
- Telecomunicações

Coordenação e direcção efectiva dos programas/ projecto:

- > Coordenação e desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC), com os objectivos de centralização e integração de toda a informação criminal, desconcentração organizacional e funcional da informação, coordenação da investigação criminal através de maior disponibilidade de informação para apoio directo à investigação criminal, análise operacional e estratégica da informação criminal
- > Coordenação do programa/projecto de informatização geral da Polícia Judiciária
- > Coordenação do programa/projecto de modernização dos sistemas de comunicações e de interceptação, na investigação criminal
- > Elaboração e apresentação de candidaturas ao "Programa Oisin", da Comissão Europeia, em parceria com o Corpo Nacional de Polícia de Espanha, com a participação de Cabo Verde, para a área da formação de analistas de informação criminal

Relação institucional:

- Cooperação com o Centro de Estudos Judiciários
- Cooperação com os demais Órgãos de Polícia Criminal
- Cooperação com o Corpo Nacional de Polícia de Espanha e outras congéneres
- Cooperação com a Polícia Judiciária de Cabo Verde
- Cooperação e articulação com a Europol, Interpol, Comissão

Europeia

Cargo	Delegada do Procurador da República no Tribunal Judicial de Torres Novas (Dezembro de 1984 a Março de 1997) e no Tribunal Judicial da Comarca de Golegã (Julho de 1982 a Dezembro de 1984)
Data	13 de Julho de 1982 a 6 de Março de 1997
Principais competências e responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">▪ Competência genérica nas áreas penal e processo penal; civil (representação do Estado); família e crianças; interesses difusos, área laboral
Outras competências e actividades	<ul style="list-style-type: none">▪ Membro convidado do projecto CEIFAC – Colégio Europeu de Investigação e Análise Financeira Criminais, coordenado pela Universidade de Strasbourg no quadro do programa da Comissão Europeia « <i>Prevention and fight against crime</i> » (DG Home Affairs – Action Grant 2012- FINEC Financial and economic crime).• Membro do "Phoenix Project" liderado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no âmbito do Programa Financeiro da Comissão Europeia "Prevenir e Combater a Criminalidade" (2007-2013), desenvolvido em parceria com a Polícia Judiciária; a Fiscalía General del Estado de Espanha e o Bureau Ontnemingswetgeving Openbaar Ministerie (B.O.O.M), visando a implementação do reforço da recuperação de activos em Portugal, em particular, no quadro do combate à criminalidade grave, susceptível de gerar proventos substanciais, 2009 a 2012• Ponto de contacto da Procuradoria Geral da República para o Gabinete Nacional Sirene (<i>Supplementary Information Requested at the National Entry - artigo 108º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen</i>), fundamentalmente nas áreas relacionadas com a execução de MDE's no espaço Schengen e apoio na troca de informação com as autoridades judiciais, 2008-2011• Perito nacional e ponto de contacto da rede (<i>legal framework</i>) para as Equipas de Investigação Conjuntas (<i>Joint Investigation Teams - JIT's</i>), criadas no quadro do artigo 13º da Convenção

de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre os Estados Membros da União Europeia, de 29 de Maio de 2000, com secretariado inserido na Eurojust, com intervenção directa em várias reuniões operacionais, com autoridades judiciárias e policiais de vários Estados Membros da UE, sob coordenação da Eurojust, 2005 a 2011

- Colaboração com SIGMA (*Support for improvement in governance and management - a joint initiative of the OECD and European Union*) na análise e apreciação de legislação anti-corupção de Marrocos e Montenegro, 2010 e 2011
- Perito nacional indicado para o mecanismo de revisão de implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, desde 2010
- Tutela do estudo da corrupção participada em Portugal, no âmbito da parceria PGR/DCIAP-CIES/ISCTE, 2008-2010
- Frequente colaboração com o Instituto de Estudos Superiores Militares na formação de oficiais, na área da cooperação internacional em matéria penal, 2008/2011
- Membro da delegação portuguesa e da presidência da União Europeia na 2ª sessão da Conferência de Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (*The Second Session of the Conference of States Parties to the United Nations Convention Against Corruption*), Nusa Dua, Indonésia, Janeiro/Fevereiro de 2008
- Representação do DCIAP na reunião estratégica sob terrorismo, Eurojust, Haia, 20 de Junho de 2007 e 2008
- Perito do Projecto PHARE da Comissão Europeia (*European Commission -Anti-Corruption*), liderado pela Espanha e destinado à Roménia, objectivando a avaliação das instituições judiciárias, a política legislativa e a formação de magistrados, na luta contra a fraude e a corrupção, tendo em vista a adesão da Roménia à UE, 2006 e 2007
- Em representação da PGR, perito no projecto Agis "Combate ao trabalho forçado e ao tráfico humano na Europa".

dinamizado pela OIT, Comissão Europeia e Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias, 2005 e 2006

- Regular participação no grupo "CATS ou Comité do artigo 36º", criado com o Tratado da União Europeia, para as áreas de cooperação policial e judicial em matéria penal, alterado com o Tratado de Lisboa, passando a designar-se de "COSI", Conselho Europeu, Bruxelas 2005
- Participação na "Task Force of Chiefs of Police", grupo operacional para intercâmbio de experiências, melhores práticas e informações sobre as tendências da criminalidade transfronteiriça e para o planeamento de acções operacionais, Europol, Haia, 2005
- Participação directa na fase final dos trabalhos do Grupo CAHTEH, do Conselho da Europa, encarregado de elaborar a Convenção Contra o Tráfico de Pessoas – Convenção de Varsóvia – Estrasburgo, 2005
- Frequente colaboração com o Centro de Estudos Judiciários, com participação nos júris para provas orais de avaliação e selecção de candidatos a auditores de justiça, CEJ, 2000 e 2001, bem como em diversas acções de formação contínua de magistrados
- Colaboração com a Universidade de Bamberg – Alemanha no tema: " *Fraud in application of capital within the European Monetary Union*", 2001
- Criação, instalação e direcção da 1ª Comissão de Protecção de Crianças em Risco, Torres Novas, 1996/1997
- Formadora de magistrados do Ministério Público – 2º ciclo e estágio, CEJ 1986 a 1997

Algumas intervenções como oradora

- " O quadro político, legal e institucional de combate ao tráfico de seres humanos", Colóquio Internacional sobre Tráfico de

Seres Humanos, CES, Coimbra, 11 de Abril de 2014

- No âmbito do projecto CEIFAC, intervenções sobre investigação criminal e investigação financeira relativas a "Corruption dans les marchés publics", Strasbourg, 8 de Novembro de 2013 e 2 de Abril de 2014
 - "International sharing of information", no âmbito do projecto co-financiado pelo programa "Prevention of and fight against crime (ISEC) of the European Commission" – " Promoting the Exchange of best practices in detection, investigation and sanctioning of corruption in EU", Barcelona, 19 de Setembro de 2013
 - Intervenção no Colóquio que assinalou o dia europeu contra o tráfico de pessoas, CEJ, 18 de Outubro de 2012
 - Intervenção no Seminário sobre "Bioterrorismo e biossegurança: desafios para Portugal", Instituto Estudos Superiores Militares, Lisboa 2010, publicado em 2011
 - Intervenção na Jornada de Trabalho Contra a Corrupção em Portugal: "A Corrupção Participada em Portugal em 2004-2008: uma pesquisa em curso; os contornos e a continuidade do projecto", parceria PGR/DCIAP-CIES/ISCTE ISCTE, 8 de Abril de 2010
 - Intervenção na Formação sobre "Tráfico de Seres Humanos – a acção do Ministério Público", Observatório do Tráfico de Seres Humanos, Lisboa, 5 de Fevereiro; Aveiro, 22 de Fevereiro; Porto 1 de Março de 2010
-
- Intervenção no Debate sobre o Procurador Europeu (*European Prosecutor*), promovido pelo OLAF e a Fiscalía General del Estado, Espanha, Madrid, Julho de 2009
 - Intervenção na Acção de Formação para magistrados e outros operadores judiciais sobre "TRÁFICO DE SERES HUMANOS", a

convite do Projecto CAIM, Porto 19 de Junho de 2009

- Intervenção na Jornada de trabalho " Contra a corrupção em Portugal, no âmbito da parceria PGR/DCIAP-CIES/ISCTE, Lisboa, 6 de Maio de 2008
 - Intervenção "A corrupção participada em Portugal 2002/2003 – apresentação pública e análise dos resultados globais", Lisboa 21 de Janeiro de 2007
 - Intervenção na Conferência Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos em Portugal – "Rumo a uma Europa sem Fronteiras" – IPJ, 9 de Outubro de 2006
 - Intervenção na Conferência sobre " Acção contra o tráfico e exploração por trabalho forçado de trabalhadores migrantes na Europa", Centro Cultural de Belém, Lisboa 29 e 30 de Junho de 2006
 - Intervenção no Seminário Nacional "Apresentação do Estudo: Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado na Europa – o caso de Portugal" Lisboa, 16 de Maio de 2006
 - Intervenção no Colóquio sobre "La protection des intérêts financiers communautaires", PROGRAMME PHARE, Timisoara, Roménia, 30 e 31 de Janeiro de 2006
 - Intervenção na 8ª Conferência Eurojustice (Prosecutors-general) na parte relativa à problemática da imigração, Lisboa, 12 a 15 de Outubro de 2005
-
- Intervenção no Seminário sobre "Tráfico de Mulheres e a Prostituição", a convite da Embaixada da Suécia em Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 7 de Junho de 2005
 - Para elementos da administração pública, elementos de

polícia, e Magistrados Judiciais e do Ministério Público da Roménia, nas áreas da fraude, corrupção, também ofensivas dos interesses financeiros da UE (Convenção PIF), bem como da cooperação judiciária internacional em matéria penal, **intervenções, entre outros, nos seguintes seminários e conferências:**

- "The European institutions and the financial interests of the Communities", Bucarest, Abril de 2002
 - "Introduction to European Law", em colaboração com a European Law Academy (ERA), Treves, Setembro de 2002
 - "The public prosecutor" – Bucarest, Novembro de 2003
 - "1st Workshop Introduction to community law for prosecutors in Romania - cooperation with third countries " and " Towards a European Public Prosecutor?", em parceria entre a ERA e OLAF, Bucarest 15 a 17 de Setembro de 2003
 - "Powers of OLAF - investigation and cooperation with national legal authorities" and "The relationship between the Office; Europol, Eurojust and the European Judicial Network", Bucarest 11 e 12 de Dezembro de 2003
 - Seminário/ Workshop sobre a protecção do euro "Protection of the Euro", organizado pelo OLAF, Bucarest, 16 a 18 February 2004
-
- Intervenção no Seminário "Tax evasion: money laundering and tax havens", promovido pela Direcção Geral do Alargamento da Comissão Europeia "Directorate General for Enlargement of the European Commission", em colaboração com o DCIAP, Lisboa, 26 e 27 de Junho de 2003
 - Intervenções nos Debates sobre "European Commission's Green Paper" para a protecção dos interesses financeiros europeus e sobre o Procurador Europeu, organizados pelo OLAF (European Prosecutor), Madrid e Lisboa, Julho de 2002
 - Seminário sobre "~~Possibilities and detection techniques, seizure, confiscation and transfer of proceeds from organized crime in the European Union~~", Neuss, Alemanha, Abril de 2001
 - Organização e intervenção no 3º seminário internacional dos países do sul da Europa, sobre tráfico internacional por via

marítima, em colaboração com a "Interministerial Mission Française", Lisboa, Novembro de 2000

- Intervenção no Seminário sobre política de criminalização e descriminalização na Europa, Corfu, Grécia, Maio de 2000
- Intervenção no 2º Seminário internacional de países do sul da Europa sobre tráfico de droga, em colaboração com a "Interministerial Mission Française", Roma, Outubro de 1999
- Intervenção no 3º Seminário internacional sobre análise operacional de informação criminal, organizado em parceria entre a Polícia Judiciária e a Polícia Nacional de Espanha no âmbito do programa OISIN, da Comissão Europeia, Madrid, Outubro de 1998

Formação Académica

Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1975/1980)

II Curso Especial de Formação de Magistrados do Ministério Público (Centro de Estudos Judiciários de Lisboa, 1981/1982)

Formação Complementar

1982- 2013

Frequência de várias acções de formação, nacionais e internacionais, também nas áreas do direito penal; processual penal; criminalidade económico-financeira, também de natureza transnacional e contra os interesses financeiros da União Europeia; tráfico internacional de droga; tráfico de pessoas; crime organizado; cooperação internacional em matéria penal; direito do ambiente; direito da família e das crianças,

entre as quais destaca:

- Formação sobre tráfico de pessoas (Towards a European approach to judicial training on trafficking in human being), Roma, Itália, 25 e 26 de Outubro de 2011 e Cracóvia, Polónia, 14 e 15 de Março de 2013, respectivamente
- Cursos sobre constituição e liderança de equipas de

Investigação conjuntas (*Seminar on Joint Investigation Teams*), em parceria entre EJTN; CEPOL; Ecole Nationale Supérieure de la Police (ENSP) e Police College of Finland, Lyon, France 4-8 Junho 2012 e Tampere, Finland, 19 a 23 de Novembro de 2012, respectivamente

- Conferência anual para procuradores europeus sobre fraude e corrupção contra os interesses financeiros da União Europeia, (*OLAF Conference of Fraud Prosecutors*), 2006 a 2013
- Reunião anual de peritos e pontos de contacto das equipas de Investigação Conjuntas /EIC's/Jit's), Haia 2005 a 2011 (com excepção do ano de 2008)
- Acção sobre criminalidade económico-financeira, CEJ, Lisboa 2010
- "Eurojust, équipes communes d'enquête et mutualisation des procédures", Centre des Congrès Pierre Baudis , 17 e 18 de Julho de, 2008, Toulouse
- Seminário "Human Trafficking", Ascot, Reino Unido 2005
- Seminário sobre equipas Comuns de Investigação (*Joint Investigation Teams*); Neuss, Alemanha 2004
- Seminário sobre os direitos de defesa em Direito Europeu (*Defence rights in European Law*) – Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Estrasburgo, Abril de 2004
- Curso sobre técnicas de trabalho em equipa "Training on techniques teamwork" - OLAF, Bruxelas, Bélgica, Novembro de 2001
- Workshop sobre técnicas de comunicação "Communication Skills", Interpol, Lyon, França, Setembro de 1998
- ~~Seminário sobre recolha e tratamento de impressões digitais, "System "Afis" – training on fingerprints" - Los Angeles, Estados Unidos da América, Outubro de 1998~~
- Conferência internacional sobre Análise Operacional de Informação Criminal – Madrid, Espanha, 1997

Outros

Texto sobre " A coordenação da investigação do crime de Tráfico de Pessoas", Revista Notícias, CIG, nº 89 (Julho - Dezembro-2014)

Competências linguísticas

- **Português** - Língua materna
- **Francês** - Fluente comunicação escrita, oral e compreensão (VI e último nível do curso de francês e curso de aperfeiçoamento escrita da Comissão Europeia, 2002/2003)
- **Inglês** - Boa comunicação escrita e oral - nível de trabalho (working level), com fluente compreensão (curso nível intermédio e curso intensivo da Comissão Europeia, 2004; frequência de curso Wall Street Institute, Lisboa, 2006/2007; curso intensivo da Anglolang Academy of English, Scarborough, United Kingdom, 2009)
- **Castelhano** - Comunicação escrita e oral de nível de trabalho (working level), com fluente compreensão

Capacidade e competência de organização e direcção

- Experiência de trabalho em equipa, a nível interno, europeu e internacional
- Experiência de criação, implementação e coordenação de equipas e de trabalho em rede, a nível interno, europeu e internacional, através da incrementação de mecanismos de estímulo e motivação, com rentabilização e utilização de sistemas e instrumentos informáticos

Conhecimentos informáticos

- Como utilizador, bom domínio da maioria dos programas Microsoft Office (Word, Excel, Power Point, Correio Electrónico).
- Experiência na inserção e consulta de dados em sistemas centralizados (CMS)